



Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo
ISSN: 2362-583X
revistaredoeda@gmail.com
Universidad Nacional del Litoral
Argentina

HERMANY, RICARDO; DOS SANTOS, KARINE SILVA
Comunicado científico: Os princípios da Administração Pública que fundamentam as condenações
pelo artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise a partir das decisões do TJRS
Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, vol. 2, núm. 2, 2015, Julho-
Universidad Nacional del Litoral
Argentina

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=655969787036>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO

VOL. 2 | N. 2 | JULIO/DICIEMBRE 2015 | ISSN 2362-583X
SANTA FE | ARGENTINA | PERIODICIDAD SEMESTRAL

Promoción:



Revista oficial de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo
formada por las siguientes instituciones:



UNIVERSIDAD NACIONAL
DEL LITORAL



PONTIFICIA
UNIVERSIDADE
CATOLICA DO PARANÁ



UNIVERSIDADE DA
CORUÑA



UNIVERSIDAD NACIONAL
DE ROSARIO



UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



UNIVERSIDAD DE
SALAMANCA



UNIVERSIDAD
EMPRESARIAL SIGLO 21



INSTITUTO DE DIREITO
ROMEU F. BACELLAR



UNIVERSIDAD DE
HUELVA



UNIVERSIDAD NACIONAL
DEL COMAHUE



FACULDADES
INTEGRADAS
DO BRASIL



UNIVERSITÀ
COMMERCIALE
LUIGI BOCCONI



ASOCIACIÓN ARGENTINA
DE DERECHO
ADMINISTRATIVO



ESCUELA LIBRE DE
DERECHO
UNIVERSIDAD



UNIVERSITÀ LUM
JEAN MONNET



RED DOCENTE
EUROLATINOAMERICANA
DE DERECHO ADMINISTRATIVO



Os princípios da Administração Pública que fundamentam as condenações pelo artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise a partir das decisões do TJRS

The principles of the Public Administration underlying condemnations under article 11 of the Administrative Misconduct Law: an analysis from the TJRS decisions

RICARDO HERMANY*

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)
hermany@unisc.br

KARINE SILVA DOS SANTOS**

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)
karinesantos_karine@hotmail.com

Recibido el/Received: 09.05.2015 / May 09th, 2015
Aprobado el/Approved: 15.06.2015 / June 15th, 2015

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral realizar a análise jurisprudencial em torno de uma modalidade específica de improbidade administrativa, adentrando, com isso, em seu problema principal, que se encontrava em verificar qual tem sido o posicionamento decisório do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS - frente aos casos de condenação pelo artigo 11 da Lei nº. 8429/92, conhecida como Lei de Improbidade

Como citar este comunicado científico | How to cite this abstract: HERMANY, Ricardo; SANTOS, Karine Silva dos. Os princípios da Administração Pública que fundamentam as condenações pelo artigo 11/LIA: uma análise a partir das decisões do TJRS. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, vol. 2, n. 2, p. 265-266, jul./dic. 2015. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.14409/rr.v2i2.5232>.

* Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com doutorado sanduíche pela Universidade de Lisboa; Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul; graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Professor universitário na Graduação e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

** Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista de Iniciação Científica na modalidade PROBIC/FAPERGS.



Administrativa - LIA. Como objetivos específicos, pretendeu-se verificar qual princípio da Administração Pública fundamentou número maior de sentenças condenatórias e analisar as condutas correspondentes, tendo sido verificada, também, a possibilidade de apontar o enquadramento legal considerado pelos julgadores. No decorrer do estudo, foram encontradas duas questões de pesquisa cujas abordagens foram importantes para o entendimento dos resultados alcançados: para a que recaiu sobre o exame da modalidade específica, foram investigados o conceito e os requisitos fundamentais para sua configuração - assim, para tanto, considera-se necessária a existência de prática violadora de princípio constitucional regulador em razão de atuação em comportamento funcional ilícito, onde o agente público atua com má-fé, desonestidade ou falta de probidade, sendo a norma considerada como sendo de aplicação residual; para a que recaiu sobre o princípio em destaque, os entendimentos fundamentaram-se na corrente que vincula a moralidade administrativa ao dever de boa-fé na atuação da Administração Pública. Assim, metodologicamente, em etapas distintas, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e jurisprudencial. Dos panoramas de resultados alcançados e conclusões obtidas, destaca-se que: 1) o princípio que fundamentou número maior de condenações foi, reafirma-se, o da moralidade administrativa (aparecendo 17 vezes em uma amostra de 45 julgados - analisada dentro dos resultados colhidos através de filtros específicos utilizados na busca disponível no site do TJ/RS); 2) inexistiu um padrão específico de condutas; o que se pode apresentar é a indicação de questões mais recorrentes, já previsíveis de antemão, de onde destaca-se a ocorrência de burlas a procedimentos administrativos, sejam eles licitatórios ou de concursos públicos, e de desvios de finalidade; 3) quando da realização de uma análise minuciosa de cada caso, levantou-se o enquadramento legal de cada condenação, sendo que não foi apontado, na maioria dos julgados, a qual inciso do artigo 11/LIA a conduta correspondia; presume-se que isso ocorre pela não interferência dessa indicação na sanção a ser aplicada. A pesquisa, quando da escolha do artigo 11, justifica-se pela importância que os princípios constitucionais assumem no interior da Administração Pública.

Palavras-chave: Lei nº. 8429/92; improbidade; condenação; princípio; moralidade.

Keywords: Law nº. 8429/92; improbity; condemnation; principle; morality.